

A História da Literatura Portuguesa nas Páginas das Primeiras Histórias Literárias Brasileiras.ⁱ

Prof. Dr. Carlos Augusto de Meloⁱⁱ (UNIP)

Resumo:

A Literatura Portuguesa esteve sempre presente na vida dos brasileiros. Na constituição do ensino, foi uma das estratégias protecionistas da política imperial para estabelecer a unidade do governo português. No Colégio Pedro II, as primeiras disciplinas oficiais de literatura nacional, que serviram de exemplo às escolas brasileiras oitocentistas, estudavam conjuntamente as literaturas, brasileira e lusitana, sem nenhuma distinção no programa curricular. O termo nacional aplicava-se, então, facilmente às duas literaturas. Os cursos de literatura, nossas primeiras histórias literárias que serviram de manuais de ensino – e a recíproca é verdadeira –, foram reflexos dessa problemática historiográfica e tiveram que lidar com esse tipo de construção do “nacional”. Desse modo, esse texto expõe algumas idéias acerca da presença da literatura portuguesa na perspectiva historiográfica literária brasileira, a partir da leitura comparativa de nossas duas precursoras histórias literárias.

Palavras-chave: histórias literárias, literatura brasileira, literatura portuguesa.

A década de 1860 foi decisiva. Havia três obras recém-saídas do prelo que tentavam resolver a carência dos estudos historiográficos sistemáticos sobre a literatura nacional. Uma em 1862, outra 1863 e, por fim, 1866 (até 1873). Os seus autores eram personalidades distintas dentro do ambiente cultural brasileiro e internacional, respectivamente Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871). O primeiro era representante do centro cultural brasileiro e das instituições oficiais do Estado brasileiro. O segundo, um olhar estrangeiro, pesquisador e divulgador da literatura brasileira na Europa. O último advinha dos olhares afastados do centro fluminense e determinados pelo espírito cultural da província maranhense.

Por falta de uma obra de referência, as obras desses três intelectuais apareciam como estratégias historiográficas para resolver problemas específicos de representação histórico-literária do país. Os cursos de literatura, tanto de Cônego Fernandes Pinheiro quanto de Sotero dos Reis, funcionavam como caminhos alternativos para o ensino de literatura nos institutos de ensino do Brasil. O trabalho de Ferdinand Wolf era a tentativa por parte do poder imperial de inserção da cultura da recém-formada “civilização brasileira” ao ambiente modelo de cultura “civilizada”, o europeu. Esses historiadores não criam que haviam estabelecido o modelo ideal de narração da história da literatura. Eles reconheciam que não se considerava trabalho fácil a produção de tal obra. Exigia-se deles uma produção de texto muito mais elaborada, conforme os modelos que eram buscados dos centros intelectuais da Europa. Por outro lado, reconheciam o ineditismo e se sentiam satisfeitos com a hipótese de contribuir pioneiramente para a determinação de alguns padrões historiográficos que poderiam influenciar as demais produções brasileiras da época.

Com as propostas desses três historiadores, a história literária brasileira começou a ter um corpo mais definido. Desde 1862, os interessados pela literatura brasileira poderiam consultar tais obras que ofereciam propostas acabadas por meio de uma narrativa contínua a respeito do processo de formação da literatura nacional. De acordo com o contexto brasileiro, as estratégias foram de conseguir adaptar-se aos modelos historiográficos vigentes. As obras desses brasileiros foram planejadas, a partir dos saberes educacionais de “fora”, o dos europeus, em outras palavras, o dos franceses e portugueses; a do austríaco, independente dessa restrição de saber (mesmo que sem

direções didáticas a obra de Ferdinand Wolf serviria como compêndio oficial do Colégio Pedro II nos anos 1879 e 1881), condicionou-se às propostas historiográficas de mais perto, às de “dentro”, às dos brasileiros. Para o *Curso Elementar*, Cônego Fernandes Pinheiro baseou-se na metodologia e periodização do compêndio português de Borges Figueiredo; já Sotero dos Reis com o *Curso de Literatura* foi influenciado diretamente pela obra do conhecido professor francês Villemain que inaugurou a nova corrente de ensino de literatura na França. Ferdinand Wolf teve as referências historiográficas européias, mas também escreveu *O Brasil Literário* seguindo às perspectivas historiográficas já em andamento de brasileiros, como Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto ou até mesmo de Cônego Fernandes Pinheiro.

A princípio, então, a questão da resolução dos métodos parece ser determinante. A partir dela que se determina o trato histórico com a literatura e se definem os caracteres literários a serem historicizados. A palavra de ordem era proporcionar uma visão de conjunto da literatura nacional para determinados fins, como a formação do espírito nacional e, como queria Ferdinand Wolf, afirmar “o lugar que lhe [a literatura do Brasil] compete na história das literaturas nacionais.”(1955, p.3) Nesse sentido, as histórias de Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis se aproximam enquanto postulados didáticos gerais em prol de uma educação cívica, monárquica e nacional dos estudantes brasileiros, mas se afastam ao passo que, em alguns pontos, apresentam perspectivas metodológicas diferenciadas de compêndio didático ao que se refere principalmente à aplicação da leitura e análise literária das obras, ou seja, da crítica literária. Elas se aproximam ainda pelo espírito nacionalista-conservador que fazia crer na necessidade do estudo compartilhado entre as literaturas de Portugal e do Brasil, diferenciando-se, porém, na formação do cânone dessas mesmas literaturas. O estrangeiro Ferdinand Wolf é um caso mais particular em comparação as essas outras duas anteriores. Ele apresenta uma obra diferenciada, mais pelo aspecto conceitual do que metodológico. *O Brasil Literário* é uma obra sem pretensões didáticas, mesmo que, como afirmamos acima, venha a ser compêndio escolar nos colégios brasileiros do século XIX e a diferenciação do que seja compêndio e história literária fosse incerta. Ainda que envolvido com o poder conservador, ele difunde uma historização apenas do patrimônio literário dito brasileiro. É, conforme afirmação de Roberto Acízelo, o “primeiro livro inteiramente dedicado à história da literatura brasileira.”(2007, p. 31) Por outro lado, tal obra integra-se ao grupo anterior por conta da prática similar de crítica literária que dominou o fazer historiográfico romântico brasileiro.

É interessante apontar que, no século XIX, havia quase um consenso por parte dos intelectuais brasileiros de que os compêndios didáticos distinguiam-se das narrativas mais especializadas, a História Geral, a História do Brasil e a História da Literatura. Alegava-se que eles apenas serviam como auxiliares na ausência dessas obras que pudessem vir substituí-las. Havia apenas essa opinião, mas nada além. As preocupações eram outras, queriam produzir narrativas! Os dois historiadores brasileiros estudados aqui escreveram obras didáticas, mas que, nos olhos de hoje, funcionaram propriamente como histórias literárias em comparação as demais produções da época, como os bosquejos ou florilégios. Além disso, a composição de compêndios didáticos parecia resolver a situação por inteiro, pelo menos até aquele momento. As escolas precisavam com urgência de um manual oficial de estudo sobre a literatura nacional, não bastando mais os manuscritos dos professores; os brasileiros necessitavam de uma narrativa que oficializasse a história da literatura nacional. Um compêndio traria a organização de resumos panorâmicos dentro de um princípio cronológico, de acordo com Carpeaux esse princípio “é a outra descoberta do romantismo – é puramente formal; não tem conteúdo ontológico” (1959, p. 23), que condizia com os aspectos da história da literatura nacional. E, mais do que tudo, o compêndio também firmava a idéia de conjunto literário e, sendo o tipo de história literária que possuíam, freqüentaria os vários ambientes intelectuais da época, de escolas às associações científicas. Como vimos, Cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis explicitavam os objetivos didáticos que caracterizavam os cursos de literatura, a partir declarações introdutórias e expressões lexicalmente demarcadas ao longo dos mesmos. A pretensão de Ferdinand Wolf era escrever uma história da literatura brasileira, possivelmente na tentativa de concluir o projeto de história literária de Magalhães e Norberto, ou

seja, das obras que objetivavam “reunir os materiais da história literária futura ou tentar uma sùmula de seu desenvolvimento.”(1955, p. 12) Mas mesmo assim se iguala aos cursos de literatura no que se refere à organização geral da obra.

Escolhem-se, então, o método de acompanhar a literatura a partir dos princípios cronológicos. Os livros de Cùnego Fernandes Pinheiro, de Sotero dos Reis e de Ferdinand Wolf se esquematizam basicamente dentro da visão historiográfica de periodização. Essa periodização conseguiria organizar as mais diversas manifestações literárias brasileiras numa seqüência de tempo pré-definida que “nos aparece através do tecido das datas cronológicas”, demarcando a corrente herderiana do “conceito de ‘literatura nacional’, como a expressão mais completa da evolução espiritual do espírito de uma nação” (CARPEAUX,1959, p. 21). Havia o sentido histórico e métodos que reconstituíam as origens da literatura nacional e estabeleciam as etapas de desenvolvimento, com o espírito de cada época e sua atmosfera particular de cada período. A reunião de variedades literárias condizia com a afirmação do conjunto da literatura e alimentava o espírito quantitativo de afirmação nacional.

Nas três histórias literárias estudadas, percebe-se que os autores se utilizam dos padrões históricos de classificação, ordenação e periodização de acordo com a perspectiva de tempo da história política, tratando a literatura como produto histórico com “causas determináveis – a subjetividade dos autores e/ou os processos sociais -, atribuindo-se como tarefa a ultrapassagem dos textos em busca de suas motivações primeiras, das quais eles seriam reflexos secundários” Desse modo, elas agregam

outros saberes constituídos como ciências modernas no século XIX, razão por que, em suas realizações concretas, encontramos em geral certo ecletismo: sugestões da psicologia no esclarecimento do sentido das obras pela biografia dos autores; ressonâncias da sociologia no pressuposto de que os produtos literários documentam a vida social; aplicações da filologia nas tentativas de reconstituição material e/ou explicação literal de textos, bem como no rastreamento de fontes e influências e na discussão de problemas relativos a autenticidade e autoria de documentos escritos; e ainda (...) interferências da crítica literária configuradas nas frequentes emissões de juízos de valor. (SOUZA *apud* MOREIRA, 2003, p. 142)

A divisão de períodos fechados é marcada por meio da seqüência do desenvolvimento da literatura, estabelecido dos limites da suposta origem até ao ápice da contemporaneidade. Esses períodos literários são determinados e, por conseguinte, encaixados pelos/nos períodos dos acontecimentos políticos considerados mais relevantes de constituição nacional, no caso tanto da colônia quanto do colonizador. Há uma relação declarada de dependência da literatura com a história política em que os melhores ou piores momentos de expressão literária justificam-se sempre pelo sucesso do andamento político do país. Cùnego Fernandes Pinheiro justifica “a decadência da litteratura portugueza ao dominio hespanhol, que por sessenta annos enervou as forças e abateu os brios dos netos de Viriato” (PINHEIRO, 1862, p. 176). Sotero dos Reis também afirma que, depois do século XVI, Portugal “começará elle a decahir de tamanho esplendor, e as lettras com elle, pela fraqueza dos sucessores dos dous grandes reis D. João II e D. Manoel I.” (REIS, 1866, t. I, p. 35) Ferdinand Wolf alega que, na segunda metade do século XVIII, houve um “novo surto da literatura no Brasil sobretudo em consequência da boa administração de Pombal” quando o “Rio de Janeiro é declarado residência do vice-rei, o que cria um novo centro literário.” (WOLF, 1955, p. 74). Para esses historiadores literários, a literatura parece ser nitidamente a expressão do processo político e dele depende e os modos que o representam é por meio de dados estéticos e temáticos. Tanto a ausência de elementos da natureza brasílica quanto o culto das estruturas literárias clássicas, trazidas dos poetas portugueses, demarcam a dependência política e literária do Brasil. Outro fato é que, por exemplo, há o consenso de que só com a emancipação política houve meios de se constituir, nas palavras de Sotero dos Reis, “a nascente, e já brilhante litteratura brasileira propriamente dita”(REIS, 1866, t. IV, p. 286). Cùnego Fernandes Pinheiro acredita que os eventos

pós-independência chegam a atrasar o processo de emancipação da literatura brasileira e postergando-o para 1836.

Daí que é necessário entender o princípio de literatura nacional que as guia na medida em que são projetos românticos de uma história nacional. Os títulos apontam para quais diretrizes nacionalistas que se apoiavam. Relacionando o título d'O *Curso Elementar de Literatura Nacional* com a totalidade da obra, percebemos que o termo “nacional” tende a englobar tanto o patrimônio literário português quanto o brasileiro. A nacionalidade da literatura define-se a partir dos vínculos políticos da colônia, ou seja, o que é literatura nacional diz respeito à literatura portuguesa estritamente. Os produtos literários do Brasil importam como contribuição da colônia para o enriquecimento da literatura de Portugal. Entende-se que, no *Curso Elementar*, a utilização do termo “Literatura Nacional” referindo-se especificamente à nacionalidade da “Literatura Brasileira” ainda não é possível, muito embora revele os passos decisivos rumo à afirmação dessa nacionalidade quando trabalha o período contemporâneo a ele. Sotero dos Reis é mais objetivo. O *Curso de Literatura* trabalha a história de duas literaturas, indiciada pela colocação dos dois predicados *Portuguesa e Brasileira*. Elas são também nitidamente separadas no corpo do texto, por meio da divisão dos volumes e dos capítulos. Essa metodologia explicita que Sotero dos Reis percebia as distinções de nacionalidades literárias, mesmo crendo na dependência literária brasileira pela portuguesa nos períodos coloniais. Claro que, dentro dessa perspectiva lusófila, constrói-se outra: a formação da literatura brasileira, cuja nacionalidade só se afirmava plenamente a propósito dos momentos posteriores a 1826. O critério de nacionalidade de Ferdinand Wolf afasta-se da perspectiva lusófila. Estudando apenas as expressões literárias ditas brasileiras, ele estabelece uma unidade literária nacional. Ela é perceptível pela expressão “O Brasil Literário” do título que define e delimita a qualidade literária de um único país. Outro elemento que aponta para esse critério nacionalista é a organização da obra por meio da periodização de Joaquim Norberto, o historiador brasileiro reconhecidamente nacionalista.

Vejamos agora com detalhes essa questão na história literária do Cônego Fernandes Pinheiro. Como compêndio oficial do estudo de literatura em Portugal, um dos únicos na época e que obtivera a aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública Português, a obra historiográfica de Borges Figueiredo foi decisiva para o suporte do projeto de estudo histórico do Cônego Fernandes Pinheiro no que se refere principalmente à história da literatura portuguesa. O Cônego se apoiou nas diretrizes teóricas e metodológicas do *Bosquejo*, porque era o único trabalho que apresentava a sistematização da literatura portuguesa nos moldes de compêndios aplicados ao ensino secundário. No entanto, deparou-se com a problemática de adaptação dessa sistematização a outro projeto particular, brasileiro, que era estudar também a história da literatura brasileira em um curso voltado ao estudo da chamada “Literatura Nacional”. A resposta do Cônego Fernandes Pinheiro foi facilitada pelo seu conceito de literatura nacional que, pela condição de dependência da literatura brasileira mantida com a literatura portuguesa, estabelecida por conta do processo colonial político e econômico no país, fazia-o determinar que o Brasil ainda não possuísse uma literatura própria e nacional. Era o pensamento de que

a literatura brasileira, mesmo quando aproveitasse as sugestões da natureza local, seria um aspecto da literatura portuguesa, uma contribuição que a enriqueceria em virtude das características diversas da natureza em que os seus poetas se inspirassem. A despeito das modificações imagísticas, expressionais e estilísticas, devida ao colorido local, a produção dos engenhos brasileiros não fazia mais do que fazer avultar e enriquecer a literatura portuguesa. (COUTINHO, 1968, p. 21)

De acordo com Afrânio Coutinho, essa idéia advém da influência do pensamento crítico e historiográfico de Almeida Garrett que foi seguido “por diversos autores de livros didáticos, como Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, sem falar em críticos e historiadores, como o brasileiro

Abreu e Lima e o português José da Gama e Castro (...)” (COUTINHO, 1968, p. 21) Para o Cônego Fernandes Pinheiro, portanto, pelo jugo colonial, fazia-se necessário aplicar o termo “nacional” a todas as produções literárias, tanto as produzidas em Portugal quanto no Brasil. “Nacional” refere-se à idéia de nação portuguesa, incluindo sua colônia: “prodecamos à divisão das épocas da literatura portuguesa que, por não termos uma exclusivamente nossa, chamaremos de nacional.” (PINHEIRO, 1978, p. 11). Poderíamos considerar que, se substituíssemos o termo “nacional”, teríamos o título “Curso Elementar de Literatura Portuguesa” ao invés de “Curso Elementar de Literatura Brasileira”, como, de início, é possível pensar. O engano é possível, considerando-se que estava sendo aplicado no contexto brasileiro que há algumas décadas se constituía independente. Dentro da historiografia, essa perspectiva luso-brasileira diz respeito ao que Flávio Kothe considera como:

Cada opção quanto ao passado representa uma proposta para o futuro, uma disputa de espaço e de hegemonia dentro do quadro cultural do país. A postura luso-brasileira tem imposto a sua hegemonia como, no século XVIII, conseguiu impor a sua língua como língua geral, forçando uma formação lusitana da literatura no Brasil nos momentos ditos decisivos. Ser “brasileiro” não é logo ser anti-racista, pois a definição íntima da “nacionalidade” decorreu de um racismo luso, que foi imposto no período colonial pela Inquisição e pela administração. É um “racismo” que, não se reconhecendo como tal, supunha que, por estar do lado do poder, constituía necessidade e norma geral. “Racismo” é em geral um nome dado por inimigos. É mais fácil acusar a outros de racismo, para impor o seu como se fosse nacionalidade, progresso, cultura ou outra fórmula qualquer de redenção. (KLOTHE, 1977, p. 163)

Para muitos críticos e historiadores, nesses termos, a afirmação de um período literatura luso-brasileiro “para a produção literária surgida no Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII (...) é mais correto do que considerar esse período como parte da literatura brasileira. Ele não constitui uma *literatura brasileira*, mas uma *literatura portuguesa no Brasil*. É uma parte da literatura portuguesa em uma colônia, assim como o Brasil era parcela do império português.”(KOTHE, 1977, p.155)

Essa indistinção nacional das produções literárias formaliza-se na padronização do possessivo “nossa” no discurso do Cônego Fernandes Pinheiro para qualificação dos autores e obras portugueses ou brasileiros. Do início ao fim, há vários momentos em que presenciamos esse uso indiscriminado de “nossa literatura”, “nosso poeta”, “nosso patrício”, “nossos irmãos”, etc. No excerto abaixo, fica claro que as expressões “literatura portuguesa” e “nossa literatura” equivalem-se:

Abunda a litteratura portugueza em grande numero de poemas historicos, mythologicos, ou romanescos, cuja analyse levarnos-hia para longe do nosso plano. Escolheremos porém em tão rica messe o que mais digno parecer-nos d’estudo e imitação; preferindo sempre as obras que de mais geral e incontestada reputação gozam.

Singular é que o seculo XVII que, como dissemos, assistiu á decadencia da nossa litteratura fosse ao mesmo tempo tão fecundo em poemas epicos, alguns dos quaes bem indignos se tornam da categoria a que pretensiosamente aspiravam. Repercutia em todas as imaginações o echo da gloria patria, e sem calcularem suas forcas arrojavam-se innumeros lidadores no estadio em que Homero, Virgilio, Tasso e Camões haviam adquirido immurchaveis louros. Si alguma vez ponde a intenção attenuar a imperfeição da obra sirva-lhes de desculpa o ardente anhelos que mostravam para vulgarisar os fastos nacionaes. (PINHEIRO, 1862, p.201-202)

Numa mesma página, encontramos o recurso freqüente desses termos:

Suppõe a satyra o enfraquecimento dos laços sociaes, e o ocaso da moral : é uma maneira d'instruir por demais violenta para existir em tempos regulares; é um antidoto que reage contra os toxicos das Agrippinas, e das Lucrecias Borgias. Não nos devemos pois maravilhar que *nas primeiras epochas da nossa litteratura* note-se a ausencia dos satyricos propriamente ditos; porquanto são para nós semelhantes ás *atellanns* latinas os autos de Gil-Vicente, em que as allusões substituem as personalidades.

Fataes foram a antiga simplicidade dos costumes portuguezes ás riquezas do Oriente; e para avaliarmos dos rapidos progressos que fazia a corrupção sobre os vassallos de D. Manuel e de D. João III leiamos a sua legislação penal, veridico espelho das ideias e tendencias da epocha. A insaciavel avidez do oiro, a postergação de todos os principios d'honestidade, a hypocrisia mascarada em devoção, contribuíram mais do que o revez d'Africa e os soldados do duque d'Alba para a perda da nacionalidade lusitana, sequestrada em proveito do astucioso filho de Carlos V.

Abundam nos escriptores coetaneos lamentaveis quadros da devassidão do tempo, e do scepticismo egoistico de que todas as classes se achavam mais ou menos eivadas. Era portanto occasião d'apparecer a satyra : convinha recorrer aos heroicos remedios, á *ultima ratio poetarum*.

Não era em Portugal porém que devera nascer o flagellador dos vicios e dos ridiculos d'essa era, e sim na capital do Estado do Brasil, na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Sanctos. Testemunha dos desregramentos dos governadores, da vaidade dos colonos, de suas nescias pretenções á fidalguia, das dilapidações dos empregados publicos, das superstições do vulgo ignaro, o do fanatismo d'alguns membros do clero, armou-se Gregorio de Matos do azorrague da satyra, e zurziu os vicios e as más usanças com inexoravel severidade.

Participando da natureza do Aretino pela sua mordacidade, e descomedimento de linguagem, da de Juvenal pela vehemencia de suas apostrophes, e da d'Horacio pela perfeição dos seus quadros, é o *nosso patricio* digno que lhe consagremos algumas paginas d'este trabalho destinado *ao estudo da litteratura nacional*. (PINHEIRO, 1862, p. 194) (grifos nossos)

Essa passagem é significativa. Nela, confirmam-se os recursos discursivos que consolidam a idéia de aplicação de uma única nacionalidade, a lusitana, ao estudo histórico de desinência “literatura nacional” sobre as produções literárias de Portugal e do Brasil. De início, vale-se do termo “nossa literatura” quando trata da escassez de talentos portugueses para serem inseridos no quadro dos representantes da espécie satírica das primeiras épocas da literatura portuguesa. Sabemos que se refere à literatura portuguesa através das referências explíitas aos acontecimentos políticos em Portugal e do uso destacado do nome “português”. Nessa mesma linha de raciocínio, por conta da ausência de escritores, sugere a contribuição do escritor brasileiro Gregório de Matos que, tratado como “nosso patricio”, se insere naquele quadro como um dos únicos representantes da espécie satírica e conclui que o escritor é digno de estar num “trabalho destinado ao estudo da litteratura nacional”. Nota-se que a expressão “nosso patricio” evoca a pertença do escritor à “pátria brasileira” e coloca em questionamento ao que se refere à idéia de “estudo de literatura nacional”. Identifica-se assim que se distingue o conceito de “pátria” e “nação”. Em outra ocasião, comenta o “zelo e dedicação do nosso benemérito patricio o Dr. de Caetano Lopes de Moura.” Sempre para escritores brasileiros. Do ponto de vista presente da narrativa, para o Cônego, poderia pensar-se na existência de duas pátrias (Brasil e Portugal) e uma nação (Portuguesa) antes da independência?

Quanto ao uso indiscriminado do possessivo e da indistinção nacional, podemos visualizar por meio de algumas passagens em que o Cônego trata escritores portugueses como pertencentes a “nossa litteratura”. Estudando a obra de Diogo Bernardes, escreve que a sua obra *O Lima* é um dos

monumentos de nossa literatura:

Natural de Ponte de Lima, provincia do Minho, viu a luz pelos annos de 1530-1540 e distinguuiu-se desd'a mais tenra infancia pelo seu gosto poetico. Acompanhando, na qualidade de secretario, a Pcro d'Aleagova Carneiro, nomeado embaixador na corte de Madrid, ahi passou muitos annos regressando a Portugal para seguir a D. Sebastião em sua desastrada expedição d'Africa. Combatendo com galhardia no lado de seu rei cahiu prisioneiro dos mouros e curtiu os amargores da escravidão. De volta á patria abandonou a vida publica consagrando seu tempo á poesia. Julga-se que então compuzera uma collecção d'eclogas que denominou — *O Lima*, — por figurarem seus pastores nas margens d'esse rio. E' a sua melhor obra; e incontestavelmente um dos monumentos da nossa litteratura. (PINHEIRO, 1862, p. 37-38)

E assim são os tipos de comentários quando analisa, por exemplo, os escritores Antonio Ferreira, Luís de Souza, Bocage, entre outros:

Antonio Ferreira: “Percorramos perfunctoriamente esse monumento da **nossa brilhante litteratura**, e assignalemos com franqueza seus primores e tambem suas nodoas.” (p. 95)

Fr. Luís de Souza: “*Os Annaes d'El-Rei Dom João*, que como já dissemos consideravam-se perdidos, e que ora enriquecem a **nossa litteratura**, podem ser considerados como uma ohra biographica, a exemplodo que fizemos com a *Chronica d'El-Rei D. Manuel* por Damião de Goes;” (p. 276)

Bocage: “Confiando demasiadamente em seu maravilhoso engenho pouco estudava Bocage; cuja missão na **nossa litteratura** parece ter sido o de nacionalisar as bellezas que intuitivamente descobria na latina e franceza em que era versado.” (p. 352)

No entanto, há uma significativa restrição na utilização sistemática dessa posse relativa às produções literárias. No discurso narrativo do Cônego, aparenta-se distinguir um momento específico que possa analisar as duas produções literárias englobadamente. As expressões possessivas “nossa litteratura”, “nossa poética”, agrupando a produção de portugueses e brasileiros indistintamente, começam aparecer a partir da inserção da terceira época literária. Como sabemos, equivale ao período de 1495 a 1580, ou seja, datando justamente o período histórico inicial de colonização das terras brasileiras. Anteriormente, as referências a escritores e obras são apenas através da expressão “litteratura portugueza” que pressupõem demonstrar o conceito de nacional criado pela perspectiva colonial, de “dentro” para “fora”.

O conceito de nacionalidade lusitana compartilhada é perceptível por meio tanto da utilização da periodização quanto da preferência tida pela história de Portugal que se torna central em detrimento da história do Brasil. Durante toda a narrativa de Cônego Fernandes Pinheiro, temos os momentos “grandiosos” da formação da nação portuguesa e do Brasil aparece em alguns momentos apenas como sua colônia que, no último capítulo, emancipa-se. Tal perspectiva historiográfica concedia ao Cônego o título de historiador da literatura portuguesa e sua história literária podia ser aplicada nas duas nações, como atesta a advertência do editor B. L. Garnier à primeira edição da obra, publicada folha antes do preâmbulo do autor:

ADVERTÊNCIA DO EDITOR

Reconhecida a falta que existe na litteratura luso-brasileira d'uma obra essencialmente elementar que analysando-a com o devido esmero facil torne o seu conhecimento, julgamos prestar real serviço aos dois povos que fallam a bella lingua de Camões editando o livro que para o uso dos seus discipulos acaba de compor o Sr. conego doutor J. C. Fernandes Pinheiro.

Tomando por ponto de partida a formação do idioma português estuda-o através de suas variadas phases, e apreciando os auctores que maior nomeada hão grangeado, dá-nos ácerca d'elles breves, porém veridicas noções bio-bibliographicas.

Classifica os escriptores portuguezes e brasileiros conforme as escolas em que se filiáram; esforçando-se por manter a maior imparcialidade, somente ao verdadeiro merito confere a palma ,la primazia.

Tal é, em ligeiros traços, o plano da obra que ora submettemos ao esclarecido juizo do publico, cuja benevolencia respeitosa imploramos. (PINHEIRO, 1982, s/d)

A perspectiva historiográfica conjunta das literaturas portuguesa e brasileira se conserva mesmo considerando que houve a recente manifestação de emancipação literária a partir de 1836, com a reforma romântica de Gonçalves de Magalhães, quando se detecta um cunho verdadeiramente original na produção literária do país, não presente nas obras anteriores à reforma. O *Curso Elementar de Literatura Nacional* que narraria a história da literatura do Brasil transforma-se, porém, mais em um estudo historiográfico sobre a evolução literária portuguesa e brasileira, essa última ainda vista como dependente da primeira até a sua emancipação no século XIX. De acordo com o Cônego Fernandes Pinheiro:

Discordamos porém da opinião dos que pretendem enxergar uma nacionalidade, um cunho particular nos escritos de alguns ilustres brasileiros, compostos durante o regime colonial, ou ao crepúsculo da aurora boreal da independência, quando as preocupações políticas absorviam todas as atenções. (PINHEIRO, 1978, p. 11)

Então, a periodização de Borges Figueiredo utilizada pelo Cônego Fernandes Pinheiro em seu *Curso Elementar* passa por algumas adaptações, mas sem grandes alterações em comparação à proposta original. Note-se que a percepção dos períodos literários inclui o trabalho com várias nomenclaturas para definir o mesmo período. De início menciona que a literatura pode ser dividida em fases ou épocas, optando por essa para o detalhamento dos períodos. Além das nomenclaturas de Borges Figueiredo, Cônego Fernandes Pinheiro delimita os períodos em anos, com considerações a respeito de momentos políticos de Portugal, e, alguns casos, ele apresenta nomenclaturas extras, como, por exemplo: o “século áureo” equivale o período da “virilidade”; a “idade de ferro”, o período da “velhice”; e “idade de prata”, o período do “renascimento”.

Além dos períodos iniciais que recebem os mesmos títulos – *infância*, *adolescência*, *virilidade*, *velhice* e *renascimento* -, ele introduz mais um período chamado de *reforma* que remete à manifestação da escola romântica tanto em Portugal quanto no Brasil, compreendendo de 1826 a contemporaneidade do autor. Nesse momento, ainda que sem muitas distinções, Cônego Fernandes Pinheiro menciona a existência da escola “brasílico-romântica” ou “escola romântica brasileira” que se distingue da “escola romântica portuguesa” e, em capítulos separados, dedica seu estudo a elas. Esse novo período revela uma concepção de periodização diferenciada em relação à aplicada anteriormente aos outros períodos da sistemática de Borges Figueiredo, porque prefere trabalhar a idéia de período sem ligar-se a fatos políticos diretamente, como seria o caso da aclamada independência política do Brasil. A explicação está no que visualiza como sendo “independência literária e não política”.

Deixando de lado uma abordagem exclusiva e diferenciada sobre literatura brasileira, nas quarenta e três lições que completam o *Curso elementar de literatura nacional*, a escolha do Cônego foi a de trazer uma narrativa do conjunto das duas literaturas numa sequência cronológica em que o patrimônio literário brasileiro e português mistura-se indistintamente, exceto nas duas últimas lições em que aparece visivelmente separado por capítulos específicos. Tantos os escritores e obras portugueses e brasileiros analisados pertencem à literatura portuguesa, ressaltando-se, porém, sempre a origem de nascimento e produção. A literatura nacional estudada é, portanto, a

literatura portuguesa, formada pela produção dos portugueses e da colônia. Essa literatura constrói-se e manifesta-se por meio da história de nacionalidade dos portugueses fundamentada pelos momentos de formação do poderio da monarquia portuguesa. Desse ponto de vista, a produção literária brasileira aparece para fortalecer a idéia do domínio e do poder português. A história da literatura portuguesa é expressão e reflexo direto das marcas do passado histórico dos portugueses. Entende-se, então, que as metáforas de periodização – infância, adolescência, etc. ou século de ouro, idade de ferro, etc. - aplicadas ao desenvolvimento da história das letras nada mais é que a interpretação geral da história do reino de Portugal, na qual os escritores e suas obras aparecem como resultante documental desse processo histórico. Ao passo que as letras contribuem para a comprovação do poder monárquico, elas tornam-se também peça-chave que impossibilitou a completa estagnação do império.

Referências Bibliográficas

- CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. vol. 1. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Edusp, 1968.
- KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: EdUnb, 1997.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso de Literatura Nacional**. 3ªed. Rio de Janeiro: INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso Elementar de Literatura Nacional**. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- REIS, Francisco Sotero dos. **Curso de literatura portuguesa e brasileira**. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, 5 vol., 1866-1873.
- SOUZA, Roberto Acízelo. A idéia de história da literatura: constituição e crises. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- _____. “Introdução”. In: PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **historiografia da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- WOLF, Ferdinand. **O Brasil Literário**. (Tradução de Jamil Almansur Haddad) Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955.

i O presente texto é um apanhado de algumas idéias de minha Tese de Doutorado, intitulada “A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de Cónego Fernandes Pinheiro (1825-1876), de Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)”, desenvolvida no IEL/Unicamp no período de 2006 a 2009.

ii **Carlos Augusto de MELO, Prof. Dr.**

Universidade Paulista (UNIP)

E-mail: guttomello@gmail.com